
Percursos migratórios e trajetórias de vida de descendentes de imigrantes chineses

Migratory paths and life trajectories of descendants of chinese immigrants

Parcours migratoires et trajectoires des immigrants chinois

Recorridos migratorios y trayectorias de vida de descendientes de inmigrantes chinos

Sofia Gaspar



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/spp/4689>

ISSN: 2182-7907

Editora

Mundos Sociais

Edição impressa

Data de publicação: 1 Maio 2018

Paginação: 109-127

ISBN: 0873-6529

ISSN: 0873-6529

Refêrencia eletrónica

Sofia Gaspar, « Percursos migratórios e trajetórias de vida de descendentes de imigrantes chineses », *Sociologia, Problemas e Práticas* [Online], 87 | 2018, posto online no dia 22 maio 2019, consultado no dia 24 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/spp/4689>

PERCURSOS MIGRATÓRIOS E TRAJETÓRIAS DE VIDA DE DESCENDENTES DE IMIGRANTES CHINESES

Sofia Gaspar

CIES-IUL, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal

Resumo O número de imigrantes chineses em Portugal tem aumentado consideravelmente desde a década de 2000. A consequente sedentarização destes imigrantes assim como dos seus descendentes, leva a questionar de que modo se desenvolve a sua integração social na sociedade portuguesa. O objetivo deste artigo é analisar algumas dimensões estruturantes da vida de descendentes de imigrantes chineses: trajetória imigratória, contexto familiar, percurso escolar e inserção no mercado de trabalho. Esta análise será desenvolvida com o recurso aos discursos obtidos em entrevistas semiestruturadas realizadas a estes jovens. Na parte final do artigo, são apresentadas algumas questões decorrentes desta temática, para reflexão futura.

Palavras-chave: descendentes de imigrantes, jovens, chineses, Portugal.

Abstract The number of Chinese immigrants in Portugal has been rising substantially since the first decade of the 21st century. Their ensuing sedentarisation and that of their descendants raises the question of how their social integration into Portuguese society has been developing. The present article's goal is to analyse some of the key dimensions of the life of descendants of Chinese immigrants: migratory trajectory, family context, academic path, and labour market insertion. The author uses discourses recorded in semi-structured interviews of young descendants. The final section of the article presents a number of questions for future reflection on the topic.

Keywords: descendants of immigrants, young persons, Chinese, Portugal.

Résumé Le nombre d'immigrés chinois au Portugal a considérablement augmenté depuis les années 2000. La consécutive sédentarisation de ces immigrés ainsi que de leurs descendants nous amène à nous pencher sur la façon dont se déroule leur intégration sociale dans la société portugaise. Cet article analyse quelques dimensions structurantes de la vie de descendants d'immigrés chinois : trajectoire migratoire, contexte familial, parcours scolaire et insertion dans le marché du travail. L'analyse est développée à partir des réponses obtenues aux entretiens semi-structurés réalisés auprès de ces jeunes. La partie finale de l'article présente quelques axes de réflexion future sur ce thème.

Mots-clés: descendants d'immigrés, jeunes, chinois, Portugal.

Resumen El número de inmigrantes chinos en Portugal ha aumentado considerablemente desde la década del 2000. El consecuente sedentarismo de estos inmigrantes, así como de sus descendientes, lleva a cuestionar de qué modo se desarrolla su integración social en la sociedad portuguesa. El objetivo de este artículo es analizar algunas dimensiones que estructuran la vida de los descendientes de inmigrantes chinos: trayectoria migratoria, contexto familiar, vida escolar e inserción en el mercado de trabajo. Este análisis será desarrollado con los discursos obtenidos como herramienta en entrevistas semiestructuradas realizadas a estos jóvenes. En la parte final del artículo, son presentadas algunas cuestiones para la futura reflexión resultante de esta temática.

Palabras-clave: descendientes de inmigrantes, jóvenes, chinos, Portugal.

Introdução: a imigração chinesa em Portugal

Apesar de a imigração chinesa ter ocorrido desde o século XIX, foi sobretudo, a partir da década de 1980 que a República Popular da China levantou certas restrições à mobilidade internacional dos seus cidadãos, dando origem a uma nova era de

migrações chinesas à escala global. Como resultado da globalização desta diáspora, estes movimentos migratórios deram origem a uma abertura da sociedade chinesa ao mundo, à melhoria progressiva das condições de vida, e a uma maior circulação da informação entre a China e os vários países de acolhimento. Neste contexto, as migrações chinesas contemporâneas são condicionadas pela lógica capitalista e pela importância económica, política e simbólica da China no mundo (Thunø, 2007).¹

Ao longo das últimas décadas, os imigrantes chineses têm sido atraídos pelas oportunidades económicas e administrativas oferecidas no Espaço Schengen, considerado um espaço geopolítico estratégico para o posicionamento à escala europeia e mundial (Guerassimoff-Pina, 2006; Guerassimoff, 2003; Thunø, 2007). Desde o início do século XXI, vários imigrantes chineses continuaram a deslocar-se, não só para destinos tradicionais como Inglaterra ou França (Guerassimoff, 2003; Parker e Song, 2007), como também intensificaram significativamente os seus fluxos para os “novos países de imigração”, como Itália (Ceccagno, 2003) e Espanha (Nieto, 2003). Os motivos para este aumento da imigração derivam de fatores de atração políticos e económicos promovidos pelos países do Sul da Europa. Entre meados da década de 1990 e 2000, existiram vários incentivos laborais e legais para atrair imigrantes não qualificados para setores da economia informal, e criou-se paralelamente um nicho de oportunidades de autoemprego, muito estimuladas pelo aumento dos imigrantes chineses na Europa do Sul. Neste contexto, vários países ofereceram amnistias e programas de legalização, de forma a regularizar a inserção laboral e fiscal de muitos imigrantes ilegais durante esse período (Ceccagno, 2003; Laczko, 2003; Nieto, 2003).

Apesar de a imigração chinesa para Portugal ter seguido os mesmos padrões migratórios que nos restantes países da Europa do Sul (Rodrigues, 2008, 2012), a sua presença pode, no entanto, ser considerada como um caso único. Em Portugal, é possível distinguir dois fluxos de imigração chinesa relacionados com especificidades históricas, políticas e económicas: um fluxo mais antigo derivado das relações históricas vividas entre Portugal e as ex-colónias (Moçambique e Macau), e que estimularam a imigração de alguns *chineses moçambicanos e macaenses* entre 1975 e a década de 1990; e um fluxo migratório mais recente, que não envolve apenas Portugal, mas, como foi dito anteriormente, todo o Sul da Europa, e que emergiu a partir da década de 2000. Este último surto migratório foi caracterizado por uma *imigração económica* (imigração de *Zhejiang*) e, mais recentemente, pela mobilidade de *estudantes chineses* e por *imigrantes de negócios*.² Na primeira década deste século, a existência de novas leis que permitiam a legalização dos imigrantes conduziu à intensificação da migração de asiáticos para Portugal.

1 Este artigo insere-se no âmbito do projeto de pós-doutoramento “Integração Social de Descendentes de Imigrantes Chineses em Portugal”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ref.^a SFRH/BPD/92237/2013). Gostaria de agradecer, em especial, ao Fernando Luís Machado a inspiração intelectual neste processo.

2 Para uma análise mais desenvolvida das diferenças existentes entre estes grupos de cidadãos chineses em Portugal, pode consultar-se Gaspar (2017).

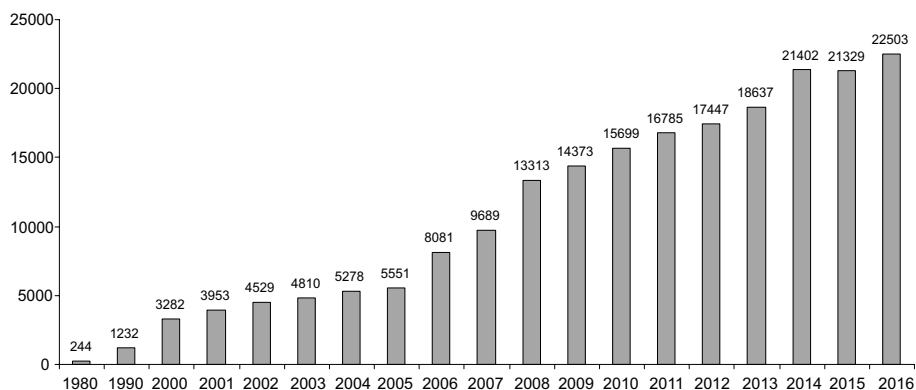


Figura 1 Evolução dos cidadãos chineses em Portugal (1980-2016)

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Desde a década de 1990, Portugal tem adotado uma série de medidas legislativas relativas à imigração, e as maiores variações de contingentes estrangeiros no país encontram-se associadas às leis que permitiram a regularização dos cidadãos estrangeiros. É o caso da regularização extraordinária ocorrida em 1992 (Decreto-Lei N.º 59/93, de 3 de março), da regularização extraordinária de 1996 (Decreto-Lei N.º 244/98, de 8 de agosto), das autorizações de permanência de 2001 (Decreto-Lei N.º 4/2001, de 10 de janeiro) e, finalmente, da Lei de Imigração de 2007 (Lei N.º 23/2007, de 4 de julho).³ Este enquadramento jurídico motivou a legalização do estatuto de residência de indivíduos estrangeiros que se encontravam em situações de ilegalidade no país, incluindo os cidadãos chineses. Segundo os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), em 2016 existiam cerca de 22.503 indivíduos de origem chinesa a residir oficialmente em Portugal, sendo nesse mesmo ano a quinta comunidade imigrante mais representativa no país. A figura 1 ilustra claramente esta evolução.

Apesar de a comunidade chinesa se localizar, maioritariamente, nas zonas urbanas, existem alguns cidadãos que se encontram sedentarizados em outras zonas do país. De acordo com os Censos 2011, a principal área geográfica de residência é Lisboa (43,1%), embora exista uma comunidade expressiva de cidadãos chineses no Norte (23,3%), no Centro (13,8%), no Alentejo (10%) e no Algarve (7,6%), (Delgado e Paulino, 2014). No caso de Lisboa, existe uma concentração residencial e comercial expressiva de imigrantes chineses no Martim Moniz e na avenida Almirante Reis (Mapril, 2001; Rodrigues, 2008), uma vez que estes cidadãos detêm vários espaços comerciais (restaurantes, lojas, armazéns) e aproveitam a centralidade do bairro para residirem e rentabilizarem o tempo das deslocações diárias entre a casa e o trabalho.

3 As linhas gerais de imigração da Lei N.º 23/2007, de 4 de julho, foram transpostas de um conjunto de recomendações europeias.

A sedentarização da comunidade chinesa em Portugal coloca a questão da integração social, não só da primeira geração, mas também da integração dos seus descendentes. Neste sentido, e uma vez que muito pouco se conhece sobre esta comunidade, que nos últimos anos tem aumentado consistentemente a sua presença em Portugal, o objetivo deste artigo é analisar algumas dimensões estruturantes da vida de jovens descendentes de imigrantes chineses, mais concretamente aqueles designados *geração 1,5*, a residir na área metropolitana de Lisboa: trajetória migratória, contexto familiar, percurso escolar e inserção no mercado de trabalho.

Os descendentes de imigrantes como grupo social

No âmbito da literatura internacional, os estudos sobre descendentes de imigrantes recorrem, maioritariamente, ao conceito de *segunda geração*, devido sobretudo às investigações realizadas nos Estados Unidos por Alejandro Portes e aos investigadores a elas associados (Portes, 1996; Portes e Rumbaut, 2001). Estes autores desenvolveram a teoria da assimilação segmentada, para indicar que a integração na sociedade de acolhimento não é um processo linear nem homogéneo, e que depende do segmento da sociedade no qual os imigrantes se inserem. Neste sentido, Portes e Rumbaut (2001: 44-69) distinguem três tipos de assimilação segmentada. Em primeiro lugar a assimilação clássica, que se aplica a todos os imigrantes que se sedentarizam no país de acolhimento e cujo capital humano seja positivamente valorizado por essa sociedade. Neste caso, os seus filhos tendem a ser bem-sucedidos e a posicionar-se numa classe social média e média-alta. O caso oposto ocorre quando os imigrantes se instalam no país de acolhimento com pouco capital social, e são impelidos a fixarem-se em zonas residenciais em contacto com outras minorias étnicas. Nestas situações, os filhos desses imigrantes tendem a sofrer um processo de mobilidade social descendente face à posição ocupada pelos seus pais. Uma terceira possibilidade de assimilação ocorre quando os imigrantes têm pouco capital social mas possuem várias competências empreendedoras. Quando tal ocorre, a existência de solidariedade coétnica compensa a falta de capital social e garante aos filhos uma assimilação linear na sociedade de acolhimento.

Na Europa, os estudos extensivos desenvolvidos sobre a segunda geração centram-se, essencialmente, nas comunidades turca e marroquina e na sua integração social em áreas como a educação e o acesso ao mercado de trabalho (Crul e Vermeulen, 2003; Thomson e Crul, 2007). No entanto, o conceito de “segunda geração” tem sido criticado, tanto no contexto europeu (Heath, Rethon e Kilpi, 2008), como no meio académico português (Machado, 1994; Machado e Matias, 2006; Mateus, 2013; Seabra, 2012). De facto, estes autores destacam o inconveniente de designar um grupo de indivíduos a partir da experiência de imigração dos seus pais, atribuindo uma ideia de sucessão ou de continuidade entre os pais imigrantes e os seus filhos descendentes.

Esta revisão do conceito de segunda geração é desenvolvida por Sandra Mateus (2013), que resume as diferentes abordagens efetuadas em torno a este grupo a nível nacional e internacional. A primeira geração é aquela nascida fora do país de

recepção e que imigra em idade adulta para se inserir no mercado de trabalho. A designada “geração 1,25” (Rumbaut, 2004, 1997) refere-se aos indivíduos nascidos fora do país de acolhimento e imigrados entre os 13 e os 17 anos de idade e que, de um modo geral, estão muito próximos da língua e da cultura do país de origem. O conceito de “geração 1,5” é utilizado para denominar aqueles indivíduos nascidos fora do país de recepção e que fizeram a sua escolarização básica (ou primária) no país de origem entre os 6 e os 12 anos. A “geração 1,75” seria aquela cuja idade de imigração ocorreria em idade pré-escolar, entre os 0 e os 5 anos, não gerando, por isso, uma memória do país de origem (Rumbaut, 2004). A segunda geração propriamente dita, seria utilizada para designar os indivíduos nascidos no país de acolhimento filhos de progenitores imigrantes (Portes e Rumbaut, 2001). Complementarmente, surgiu o conceito de “geração 2,5” (Ramakrishnan, 2004), para aludir àqueles indivíduos nascidos no país de acolhimento e descendentes de um progenitor estrangeiro e de um outro autóctone.⁴ Ramakrishnan (2004) defende que existem evidências para distinguir entre os descendentes da geração 2,5 e os da segunda geração, uma vez que os primeiros têm uma maior propensão para se inserirem em redes de sociabilidade do país de residência, possuem desempenhos escolares mais elevados, e trajetórias socioeconómicas e identitárias mais próximas dos indivíduos autóctones do que dos descendentes de segunda geração.⁵

No caso português, as investigações sobre os descendentes de imigrantes foram, até aos anos 90, dominadas pelos trabalhos de Fernando L. Machado sobre os descendentes de africanos (Machado, 1994) e, a partir de 2000, por uma diversificação dos estudos de outros grupos: europeus de leste (Relvas, 2006), cabo-verdianos e angolanos (Grassi, 2008, 2009), descendentes de imigrantes em geral (Seabra, 2012; Mateus, 2013), e descendentes de africanos (Ortiz, 2010; Padilla, 2011). De facto, se há algumas décadas atrás a geração de descendentes dos imigrantes dos PALOP era a mais visível e mais estudada em Portugal, atualmente, com a sedimentação de outras comunidades imigrantes na sociedade portuguesa (entre elas a chinesa), assistimos à diversificação e convivência de grupos sociais com origens diferentes.

Os temas que têm sido abordados nestas investigações centram-se, essencialmente, em condições e experiências escolares, questões identitárias, expressões culturais e artísticas, associativismo e capital social, processos de discriminação e racismo, e integração no mercado de trabalho, o que permite explorar várias dimensões fundamentais na transição destes jovens para a vida adulta. Apesar de se encontrarem em distintas etapas do seu percurso de vida, vários desses filhos de imigrantes encontram-se, neste momento, em idade escolar, frequentando o ensino básico ou secundário, ou já em idade de ingressar no mercado de trabalho. Estas

4 Por autóctone queremos referir-nos aos indivíduos originários do país de residência.

5 No caso dos descendentes de imigrantes com progenitores de origem mista (isto é, autóctone e imigrante), esta ideia teve, aliás, algum suporte empírico no espaço europeu, uma vez que, no que respeita à inserção no mercado de trabalho, estes jovens encontravam-se numa situação laboral mais privilegiada face aos jovens com pais de origem imigrante (*Eurostat News Release*, 2016).

duas dimensões — escola e trabalho — são, pois, essenciais para entender o percurso de vida destes descendentes e para indagar se esse mesmo percurso apresenta continuidades ou ruturas face aos seus progenitores.

Imigração, escola e profissão dos descendentes de imigrantes chineses

Os estudos sobre a segunda geração de chineses têm sido desenvolvidos, sobretudo nos Estados Unidos (Louie, 2006; Maruyama, Weber e Stronza, 2010; Kaufman, 2004), apesar de nos últimos anos as investigações sobre este grupo social terem aumentado na Europa do Norte (Bélanger e Verkuyten, 2010; Heath, Rethon e Kilpi, 2008; Parker e Song, 2007; Thunø, 2007), e na Europa do Sul (Li, 2012; Yiu, 2013).

Em Portugal, os estudos sobre a comunidade chinesa são bastante escassos, apesar de existirem algumas investigações centradas na inserção profissional, empreendedorismo e mercado de trabalho deste grupo nacional (Gaspar, 2015; Oliveira, 2004; Neves e Rocha-Trindade, 2008). O único trabalho existente sobre a segunda geração de chineses é de Lan Li (2012), e centra-se na integração social dos descendentes de 15 a 24 anos de imigrantes chineses em Lisboa. De igual modo, a etnografia de Irene Rodrigues (2012) recolhe, em parte, alguns elementos sobre o tipo de educação transmitido pelos pais aos filhos dentro da comunidade chinesa; assim como a investigação de Ding Ning (2012), que se centra nas estratégias económicas e associativas da comunidade chinesa, e na integração social da segunda geração.

Os resultados obtidos nos estudos de Li (2012) e Rodrigues (2012) indicam a existência de uma trajetória de imigração familiar clássica, na qual primeiro imigra o pai e a mãe (por vezes só o pai) e, passados alguns anos, imigram os filhos. A situação mais comum é a permanência dos filhos na China, aos cuidados de terceiros (normalmente com os avós ou outros familiares), ocorrendo a sua imigração para Portugal ao abrigo da Lei do Reagrupamento Familiar mais tarde, depois de completarem o ensino básico. Uma vez chegados a Portugal, o ambiente familiar rege-se pela participação de toda a família no negócio da família, para o qual os filhos também contribuem, ajudando os pais depois da escola nas lojas ou restaurantes. Neste contexto, a existência de uma certa alienação social face à sociedade portuguesa é compensada na comunidade chinesa por redes de sociabilidade fortes. O ambiente vivido nesta comunidade é, assim, extremamente endogâmico e focado no esforço no trabalho e nas expectativas de fortuna futuras (Rodrigues, 2012).

Alguns estudos empíricos desenvolvidos nos Estados Unidos (Xie e Goyette, 2003) e Inglaterra (Heath, Rethon e Kilpi, 2008), indicam que os alunos de origem chinesa têm melhor desempenho escolar do que os de outras comunidades imigrantes.⁶ Apesar destes resultados, foram encontradas nos Estados Unidos diferenças nas

6 No contexto nacional, Sandra Mateus (2013: 269) registou alguns discursos institucionais de educadores e professores que indicavam que o desempenho escolar e o rigor dos alunos chineses são superiores aos de outros alunos imigrantes.

representações sociais sobre o contexto escolar entre os alunos chineses que imigraram na adolescência (geração 1,5) e a segunda geração de chineses (Kaufman, 2004). De facto, a geração 1,5, uma vez que tinha como referência o ensino na China, revelou uma maior motivação na aprendizagem de conteúdos complexos e na aceitação do rigor dos professores do que a segunda geração de chineses, que apresentou uma menor resistência perante as exigências dos professores e uma menor vontade de alcançar o sucesso escolar.

Resultados idênticos foram encontrados em Espanha, onde os alunos chineses revelaram aspirações escolares mais baixas, preferindo investir nos negócios familiares e dos seus pares como forma a bloquear a discriminação social sentida na escola e as baixas perspectivas de emprego no mercado de trabalho (Yiu, 2013). De facto, Yiu (2013) refere que os jovens chineses em Espanha, quando se deparam com comportamentos de discriminação social, diminuem as suas aspirações académicas e refugiam-se em contextos de trabalhos coétnicos (assalariados e proprietários de lojas). Ou seja, o investimento nos negócios de família é uma alternativa de mobilidade social face ao desinvestimento na escola. Estes resultados encontrados por Yiu (2013) vêm ao encontro de outros resultados já anteriormente obtidos no âmbito da teoria da assimilação segmentada (Portes e Rumbaut, 2001). De facto, o apoio da comunidade intraétnica, com o acesso a certos recursos sociais e económicos, permite travar a mobilidade descendente que poderia ocorrer na trajetória dos filhos dos imigrantes.

No caso da segunda geração de chineses a residir em Portugal, Li (2012) descreve a presença de três tipos de estratégias educativas desenvolvidas pelos pais: (a) um grande investimento na educação dos filhos; (b) um investimento na educação dos filhos, com expectativas de que estes continuem com o negócio dos pais; e (c) inexistência de suporte familiar. De uma forma geral, a frequência dos alunos chineses de escolas públicas ou privadas portuguesas é comum, assim como a alternância da Escola Chinesa de Lisboa para aprendizagem do mandarim.⁷ De facto, existe uma grande preocupação por parte dos pais de que os filhos aprendam a sua língua nativa e que possam comunicar no contexto familiar eficazmente.

Na maioria dos casos, as crianças e os adolescentes adquirem as competências linguísticas do país de acolhimento mais rapidamente do que os seus pais, devido, em grande parte, à idade de chegada e a uma maior imersão no ambiente autóctone, nomeadamente na escola pública. Como tal, vários pais chineses contam com o apoio dos seus filhos na intermediação linguística com a sociedade de acolhimento (Jia, 2004). No caso da comunidade chinesa esta situação é particularmente visível, devido não só à dificuldade da primeira geração em aprender português, mas também devido ao facto de grande parte destes imigrantes possuírem baixas qualificações escolares e não terem disponibilidade para frequentar escolas públicas portuguesas de línguas. Esta situação pode gerar alguma dependência dos pais perante os filhos em atividades de gestão diárias com a sociedade portuguesa, nomeadamente em contextos escolares,

7 A Escola Chinesa de Lisboa articula ativamente a sua oferta escolar com as escolas públicas da zona de Arroios e Anjos.

profissionais e institucionais. Esta desigualdade no acesso à sociedade do país de acolhimento reconfigura a relação pais-filhos, promovendo uma maior autonomia e responsabilidade na articulação que os filhos têm que desenvolver entre os seus progenitores e a sociedade civil.

Relativamente ao percurso escolar dos estudantes chineses, como demonstra Li (2012), a maioria dos seus entrevistados têm baixas expectativas, seguindo em muitos casos as trajetórias laborais dos seus pais. A origem deste abandono escolar precoce poderá encontrar-se, tal como no estudo de Yiu (2013), não só num fraco domínio da língua portuguesa (no caso da geração 1,5), mas também na escassa partilha do mesmo ambiente cultural e simbólico com indivíduos autóctones da mesma geração. De facto, a existência de uma cultura étnica e familiar endogâmica, com padrões de disciplina e rigidez elevados dentro da comunidade chinesa, contrasta com os valores, atitudes e comportamentos da cultura ocidental portuguesa. Neste contexto, as associações chinesas (Associação Cultural e Evangélica Chinesa, Igreja Evangélica Chinesa) funcionam como uma plataforma de apoio e de sociabilidade para os descendentes dos imigrantes chineses, e detêm um papel fundamental para reforçar a endogamia étnica e inibir a integração social com os jovens portugueses e o entorno autóctone envolvente.

Alguns autores (Hua e Costigan, 2011) reportaram que a sedentarização dos imigrantes chineses em países ocidentais é frequentemente acompanhada por stress e dificuldades de adaptação, incluindo barreiras linguísticas, conflitos de valores, preconceitos e falta de acesso a recursos sociais e institucionais. Nestes casos, a *etnicidade*, entendida como o sentimento de pertença a um grupo associada à ideia de uma ancestralidade, história e cultura comuns, tem sido assumida, no caso dos descendentes de imigrantes chineses, como um elemento fundamental da identidade pessoal e étnica (Louie, 2006).

No entanto, o que alguns dos estudos desenvolvidos em Portugal centrados na integração social dos descendentes de imigrantes chineses têm revelado, é que existem diferenças importantes dependendo da idade de chegada ao país (Li, 2012; Ning, 2012; Rodrigues, 2012). Contrariamente à geração 1,5, cuja integração social ocorre com mais dificuldades, os filhos dos imigrantes nascidos e educados em Portugal (segunda geração), tendem a absorver mais facilmente valores e comportamentos ocidentais, a deter um maior conhecimento da língua portuguesa, e a desenvolver redes de sociabilidade autóctones, o que contribui para que se fixem ou sedentarizem no território nacional. Esta proximidade com a sociedade portuguesa permite-lhes, eventualmente, intervir nos negócios familiares ou em círculos empresariais étnicos com competências culturais e saberes técnicos adquiridos em Portugal, o que torna a sua interação e desempenho simultaneamente mais proclives à sociedade autóctone e mais prestigiosos perante a comunidade chinesa.

Notas metodológicas

O objetivo das entrevistas foi a recolha de discursos que versassem sobre as trajetórias de imigração, escolares e profissionais dos descendentes de imigrantes chineses. Na

opinião de alguns autores, apenas um número limitado de entrevistas é necessário para identificar um discurso comum relativamente a temas específicos das trajetórias pessoais (Wetherell, Taylor e Yates, 2001).

A recolha de informação deriva de entrevistas semiestruturadas realizadas a 18 descendentes de imigrantes chineses a residir em Lisboa, e cuja chegada a Portugal ocorreu, sobretudo, a partir da década de 2000. A chegada destes jovens a Portugal ocorreu, essencialmente, entre os 12 e os 16 anos, no âmbito do reagrupamento familiar. Trata-se, por isso, de uma geração 1,5. De um modo geral, os pais já haviam imigrado há quatro anos, tendo ocorrido uma separação entre uns e outros na primeira infância e início da adolescência. O ensino básico (1.º ciclo) decorreu, em todos os casos, na China. Uma vez em Portugal, todos os entrevistados tiveram que repetir os anos escolares, uma vez que não dominavam o português.⁸

Foram igualmente realizadas três entrevistas semiestruturadas a informantes privilegiados (professores, educadores e membros da comunidade chinesa), de forma a completar os discursos obtidos.

As entrevistas decorreram em espaços públicos (cafés, universidades, locais de trabalho) e foram realizadas maioritariamente em português e, nalguns casos específicos, em inglês. Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos participantes, e transcritas para analisar o discurso. De forma a manter a confidencialidade, os nomes dos entrevistados foram modificados.⁹

Os entrevistados foram contactados, sobretudo, através de associações, universidades e por intermediação de outros entrevistados (técnica de “bola de neve”). Em todas as entrevistas, a autora procurou gerar um ambiente conversacional e relativamente informal, de modo a criar proximidade e confiança nos entrevistados. No entanto, tal como em estudos anteriores (Li, 2012), ocorreram algumas limitações e dificuldades no acesso à comunidade chinesa, devido ao seu hermetismo e à dificuldade dos potenciais entrevistados em comunicar quer em português quer em inglês. Em alguns casos, observou-se que as respostas correspondiam àquilo que os entrevistados pensavam que a entrevistadora desejava ouvir, existindo uma certa resistência por parte dos inquiridos para desenvolverem alguns tópicos relativos a representações sociais sobre a sociedade portuguesa e os portugueses, e às dificuldades sentidas no processo de integração social em Portugal. De igual modo, verificaram-se várias recusas por parte de indivíduos que foram inicialmente abordados para realizar a entrevista.¹⁰

A realização das entrevistas foi, ainda, acompanhada pela observação participante em espaços públicos e privados onde a comunidade chinesa reside e que frequenta (sobretudo na zona da Mouraria e Anjos). Este processo baseou-se

8 O caso mais extremo foi vivido por uma entrevistada que chegou a Portugal com 12 anos, e teve que regressar até ao 2.º ano de escolaridade e passar a conviver com alunos de sete anos.

9 Uma vez que as entrevistas fazem parte de uma abordagem qualitativa, não foi pertinente analisar o peso destes jovens face ao total de cidadãos de origem chinesa. De qualquer modo, os dados disponíveis no INE não permitem aferir se estes jovens pertencem ou não a uma geração 1,5 ou a uma segunda geração, o que constitui uma limitação metodológica a considerar em futuras investigações.

fundamentalmente na observação de interações quotidianas decorrentes da vida escolar ou profissional dos sujeitos, em escolas, locais de trabalho ou cerimónias religiosas, ao longo de 2015 e 2016.

Trajetórias migratórias, contexto familiar e percurso escolar

A integração social dos descendentes de imigrantes é, seguramente, determinada pela idade da chegada ao país de acolhimento. Como foi mencionado anteriormente, a generalidade dos entrevistados imigrou para Portugal depois de ter completado a sua educação básica na China, e a maior dificuldade sentida no momento de chegada foi a aprendizagem da língua portuguesa. Tal como em estudos anteriores (Li, 2012; Ning, 2012) a integração social foi relatada como difícil e longa, não só pela falta de competências linguísticas, como também pelas dificuldades sentidas na partilha de quadros culturais e simbólicos com outros jovens autóctones. Quando comparado com a China, para os inquiridos, o sistema educativo português é visto como menos exigente, em parte justificado por o país ser considerado como menos competitivo, e comercial e economicamente menos eficaz do que a China.¹¹ O seguinte discurso ilustra o processo de integração vivida por um destes jovens chineses:

Cheguei a Portugal em 2003, com 12 anos, com a minha mãe. O meu pai veio para Portugal quando eu tinha dez anos. Viemos por reagrupamento familiar. Fui para a escola portuguesa mas atrasei um ano (fui para o 5.^o) e só ao fim de dois anos é que comecei a perceber português. A integração foi muito difícil por causa da língua. Mas fiz o secundário, não chumbei nenhum ano, nem deixei nenhuma disciplina. A universidade está a andar... Está a ser um pouco difícil... A maior parte dos meus amigos são chineses, em casa falo dialeto de mandarim, só como comida chinesa e saio pouco com colegas portugueses. Mas quero ficar cá. Já vivo aqui há 12 anos. Quero trabalhar alguns anos e se calhar criar alguma empresa com uns amigos. Quero ter um negócio meu. [Lan, 26 anos]

De facto, e tal como estudos anteriores indicaram (Li, 2012; Rodrigues, 2012; Yiu, 2013), o isolamento social dos jovens chineses face a jovens portugueses e o encerramento dentro da comunidade chinesa foram tidos como estruturantes nas suas trajetórias de vida. As redes de sociabilidade dentro do mesmo grupo étnico e o trabalho desenvolvido pela maioria no negócio dos pais em horários pós-escolares contribuíram para

-
- 10 Importa aqui incluir uma reflexão sobre este fechamento observado na população em estudo. Parece legítimo afirmar que o papel da investigadora, nomeadamente as suas limitações no conhecimento do mandarim e o consequente estabelecimento de contactos apenas nas línguas portuguesa ou inglesa poderão ter condicionado as dificuldades referidas por parte dos entrevistados.
- 11 Este discurso foi igualmente registado em países como os Estados Unidos entre alunos de origem chinesa (Kaufman, 2004).

reforçar o ambiente endogâmico entre familiares, amigos e colegas maioritariamente chineses. O relato retrospectivo de uma entrevistada descreve bem este processo de fechamento étnico entre as atividades desenvolvidas na escola e dentro da comunidade:

Foi um trauma para mim a integração. Quando cheguei tornei-me surda muda e não tinha acesso a coisas que me estimulassem por falta de recursos. A própria idade, a puberdade, já era difícil e nada ajudou. Nós trabalhávamos no restaurante dos nossos pais por dever, e não conhecíamos como viviam os adolescentes portugueses. Nós não tínhamos uma vida normal: fim de semana, férias, ócio... Não tínhamos nada dessas coisas próprias da adolescência. Só consegui o equilíbrio a partir dos 16 anos. Houve uma mudança porque começámos a dar-nos com pessoas que nos quiseram ensinar. Comecei a ler em português. Acho que a minha vida mudou a partir daí. Acho que começámos a perceber que havia um mundo que não era só o dia a dia. A literatura que líamos era universal, com novos valores, novos ideais de vida. A partir daí a nossa relação com a comunidade chinesa foi um afastamento gradual.
[Li, 33 anos]

Apesar das dificuldades sentidas na integração e na aprendizagem da língua, uma parte considerável dos entrevistados prosseguiu com os estudos superiores, ascendendo socialmente quando comparados com a posição dos pais. Esta decisão foi, na maioria dos casos, amparada pelo incentivo recebido dos seus pais imigrantes, cujo receio de que os filhos revivessem as suas dificuldades de integração motivou o apoio emocional e económico necessário para a formação superior (Ning, 2012). Na realidade, as universidades portuguesas começam a ser frequentadas não só por alunos chineses internacionais, como também por alunos chineses educados em Portugal. Uns e outros convivem no mesmo ambiente académico, interagindo e estabelecendo redes afetivas e de conhecimento que dinamizam as dinâmicas transnacionais entre a diáspora. De facto, vários dos entrevistados tinham redes de sociabilidade académicas que se estendiam muito para além do espaço nacional. Essas mesmas redes facilitam a troca de informações e de contactos com a China e com a cultura de origem deles e dos seus pais.

No entanto, nem todos os entrevistados tiveram oportunidades de prosseguir com os estudos após a conclusão do ensino secundário, e alguns deles, inclusivamente, desistiram sem terem terminado este ciclo. A imigração tardia, já na adolescência, e as dificuldades sentidas por alguns pais em dispensar o trabalho dos filhos nos seus comércios e negócios motivaram esta mesma situação. De facto, e tal como constatado por Yiu (2013) e por Li (2012), as expectativas e ambições escolares dos descendentes de imigrantes chineses limitam-se, em alguns casos, à reprodução social e profissional dos seus pais, em circunstâncias em que a aprendizagem da língua portuguesa é dificultada, assim como a interação com a rede autóctone de pares. Nestes casos, a mobilidade social dos filhos relativamente aos pais é praticamente nula.

Um motivo que também contribui para a desistência do percurso escolar é o grau de consolidação dos negócios familiares. Assim, em famílias em que os pais são empregados por conta de outrem ou que possuem negócios em fase inicial de

expansão, a ajuda quotidiana dos filhos e de outros membros do agregado familiar impõe-se, por vezes, às potenciais ambições académicas dos jovens. Nestes casos, a endogamia do contexto familiar e profissional é duplamente reforçada, contribuindo para o isolamento face à sociedade portuguesa. Como tal, verificam-se estratégias parciais de integração social, através das quais existe um contacto pontual e logístico para a manutenção de algumas ações com várias instituições públicas ou privadas, sem que haja uma verdadeira participação cidadã.

Contudo, tanto nos casos em que existe uma mobilidade social ascendente como naqueles em que existe uma reprodução das condições sociais de vida dos pais, observa-se que a integração social da geração 1,5 de chineses é mais satisfatória do que a dos seus progenitores. O seu papel constante como intermediários entre a comunidade étnica a que pertencem e a sociedade portuguesa dota-os de recursos e de competências sociais privilegiadas, mas que nem sempre são utilizadas em seu benefício.

Os descendentes de imigrantes chineses como intermediários dos imigrantes de negócios

Tal como foi retratado por Ning (2012), nos últimos anos observa-se a proliferação de atividades económicas desenvolvidas por chineses, cujos clientes-alvo são cidadãos da sua própria comunidade. Se, no início da imigração chinesa, a maioria dos negócios consistia em comércio a retalho e restauração, com a saturação destes nichos de mercado surgiram novas oportunidades comerciais de que esta comunidade cedo soube tirar partido. Esta situação foi igualmente observada neste estudo. De facto, o surgimento de negócios relacionados com consultoria fiscal, legal, económica e social (lojas de informática, supermercados, clínicas de estética e de saúde, agências de viagens, jornais, serviços de mediação imobiliária, serviços de tradução, entre outros) encontram-se atualmente disponíveis para a comunidade chinesa em Portugal.¹²

Esta diversificação dos negócios da comunidade chinesa deve-se, em boa medida, à formação superior dos descendentes de imigrantes chineses e às suas iniciativas empreendedoras na inserção no mercado de trabalho português. São eles os principais atores sociais neste terreno.

Por outro lado, a expansão de atividades étnicas que têm como público-alvo a comunidade chinesa expandiu-se, não só devido à sedentarização da própria comunidade e aos recursos técnicos e qualificados dos seus descendentes, como também devido à presença dos chamados *imigrantes de negócios* (Wong, 2003; Tseng, 2000), que nos últimos anos têm ganho visibilidade em Portugal.

A imigração de negócios articula políticas económicas com políticas de imigração. A imigração encontra-se relacionada com o capital, uma vez que o critério é a

12 Um dos portais mais conhecidos e que reúne diversa informação é o Portal Martim Moniz: <http://ptmm.pt/>

apropriação e transferência de capital de um país para o outro. É uma forma de “cidadania económica”, através da qual os imigrantes adquirem a cidadania ou autorização de residência em troca de transferência de dinheiro para o país de acolhimento. Contrariamente à imigração económica que, no caso da comunidade chinesa, desenvolve um conjunto atividades étnicas empreendedoras; na imigração de negócios o empreendedorismo ou o investimento é uma condição necessária para a regularização da situação no país. Os imigrantes de negócios não são um grupo homogêneo, podendo incluir investidores, pequenos ou médios empreendedores ou indivíduos que criam o seu próprio posto de trabalho. As razões implícitas à imigração de negócios estão relacionadas com a procura de condições económicas e profissionais mais vantajosas, a oportunidade de aceder ao Espaço Schengen, e o desejo de melhores condições educativas, sociais e ambientais para a família. Em resumo, e na opinião de alguns autores, a imigração de negócios pode relacionar-se tanto com critérios de qualidade de vida como com motivações económico-profissionais (Wong, 2003; Tseng, 2000).

No sul da Europa, a imigração de negócios surge após a crise financeira e económica de 2011, como uma alternativa criada por vários governos para atrair investimento estrangeiro (Quintela, 2014). Neste contexto, Portugal não foi uma exceção, e desde 2012 que se encontram em vigor autorizações de residência para investimento (ARI), comumente designadas “*vistos gold*”.¹³ Os “*vistos gold*” permitem aos investidores de outros países solicitar a autorização de residência através do início de uma atividade de investimento que envolva uma das seguintes possibilidades: (1) a transferência de capital a partir do estrangeiro; (2) a criação de pelo menos dez postos de trabalho em Portugal; ou (3) a aquisição de imóveis em Portugal pelo valor mínimo de 500.000 euros. Tal como outros cidadãos estrangeiros a residir legalmente em Portugal, os cidadãos estrangeiros que possuem um “*visto gold*” podem requerer o reagrupamento familiar, uma autorização de residência permanente e, após cinco anos, a nacionalidade portuguesa.¹⁴

Desde o aparecimento dos “*vistos gold*”, os cidadãos chineses foram aqueles que mais usufruíram desta legislação. Em Portugal, os imigrantes de negócios chineses são maioritariamente indivíduos que investem em áreas de setores estratégicos da economia (mercado imobiliário, energia, banca, turismo) para tirar vantagem dos benefícios fiscais oferecidos pelas autoridades portuguesas (Quintela, 2014). Os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), entre 8 de outubro de 2012 e 31 de janeiro de 2018, revelam que foram emitidos cerca de 5.717 “*vistos gold*”,¹⁵ 3.645 dos quais foram concedidos a cidadãos chineses. Destes vistos, 5.397 destinaram-se à aquisição de bens imobiliários, 311 à transferência de capital, e apenas nove à criação de pelo menos dez postos de trabalho.

13 Os *golden visa* são regulamentados pelas Leis N.º 29/2012, de 9 de agosto, e N.º 63/2015, de 30 de junho.

14 Para mais informação, ver o *website*: http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/apoioCliente/detalheApoio.aspx?fromindex=0&id_Linha=62

15 Paralelamente, no mesmo período, foram emitidas 3.704 autorizações de residência para reagrupamento familiar de outros membros da unidade familiar. Para mais informações, ver: http://www.sef.pt/documentos/56/Mapa_ARI_PT_janeiro18.pdf (acesso em 23/02/2018).

A aquisição de bens imobiliários com o objetivo de adquirir a autorização de residência, não só para circular livremente em Portugal como também em todo o Espaço Schengen, testemunha o facto de a imigração de negócios ser não só uma fonte de legitimação da “cidadania económica”, mas também a procura de um novo estilo de vida. Com efeito, vários destes cidadãos pretendem residir em Portugal (e na Europa) uma vez que os níveis de qualidade de vida são mais elevados comparativamente à China, não só no que se refere ao ritmo de vida quotidiano e à qualidade do meio ambiente, como também ao acesso a uma educação dos filhos baseada em padrões ocidentais. Como refere uma mediadora cultural chinesa, demarcando as diferenças entre os imigrantes económicos chineses e os dos “vistos *gold*”:

Os “vistos *gold*” são uma categoria muito especial: têm dinheiro, vão ao cinema, muitos vivem cá... É genuíno. Eles querem viver aqui e educar os filhos nesta sociedade. Acham que na China não é bom. E os filhos aqui vão para escolas internacionais... E aprendem a falar português. E acham-se muito superiores relativamente aos outros chineses. Acham-se diferentes, melhores. [Mediadora cultural chinesa]

Como já foi referido, um fenómeno que surgiu dos discursos recolhidos nas entrevistas foi o facto de a geração 1,5 chinesa ser, em muitos casos, intermediária na integração social e legal dos imigrantes de negócios (“vistos *gold*”) em Portugal. De facto, estes jovens trabalham, frequentemente, como tradutores, mediadores imobiliários, relações públicas ou como guias turísticos de cidadãos chineses que procuram residir em Portugal ao abrigo dos “vistos *gold*”.

Esta situação indica que uma parte dos descendentes chineses de imigrantes constroem, atualmente, trajetórias profissionais que se distanciam daquelas perfilhadas pelos seus progenitores aquando da imigração para Portugal, inseridas, sobretudo, em atividades étnicas clássicas de comércio ou restauração. Uma vez que as competências linguísticas da língua portuguesa são algo que a maioria destes jovens possui, a intermediação de serviços culturais e administrativos entre os imigrantes que chegam (“vistos *gold*”) e a sociedade portuguesa torna-se uma mais-valia que, atualmente, é bem remunerada e simbolicamente mais prestigiada. Assim, uma das principais motivações na procura dessa intermediação por parte destes jovens é, justamente, a possibilidade de usufruir de forma relativamente rápida de quantidades elevadas de dinheiro como pagamento dos seus serviços. O acesso a uma posição privilegiada de âmbito linguístico, cultural e logístico entre a comunidade chinesa e a comunidade portuguesa permite, a esta geração 1,5, construir percursos profissionais diferenciados aos dos seus pais e beneficiarem da sua situação intermediária entre estes os dois mundos.

Conclusão

O objetivo deste artigo foi analisar a trajetória migratória e social dos descendentes de imigrantes chineses em Portugal, mais especificamente a designada geração 1,5.

Os resultados obtidos permitem constatar que, no caso destes jovens, a sedentarização na sociedade de acolhimento ocorre a partir do início da adolescência, antecedida por um período de separação dos seus progenitores. Tal como estudos anteriores já assinalaram (Li, 2012; Rodrigues, 2012), a trajetória social destes jovens é muito próxima da comunidade de origem (família, grupo de pares e comunidade chinesa em geral), reforçando, em certa medida, as dificuldades de integração na sociedade portuguesa. Estas dificuldades são sentidas, sobretudo, na aquisição da língua portuguesa, na partilha de valores e de comportamentos e, também, na inserção no mercado de trabalho não étnico.

Se uma parte considerável destes jovens é incentivada pelos seus pais a prosseguir os estudos universitários, e frequente, com relativo sucesso, o ensino superior, um outro grupo não vai mais além do ensino secundário e, em alguns casos, desiste mesmo de completá-lo. Estes percursos escolares menos bem-sucedidos, já descritos por Yiu (2013) e por Li (2012), são motivados pela necessidade de ajudar os pais em negócios privados ainda em fase inicial de expansão (restauração, comércio), e também pela inserção tardia destes jovens na sociedade portuguesa (idade de chegada já na adolescência), o que impede a aquisição da língua e a integração social em redes autóctones de forma mais eficaz.

Por outro lado, aqueles jovens que frequentam e terminam o ensino superior em Portugal revelam ambições profissionais de natureza empreendedora, desejando no futuro criar os seus próprios negócios intermediários entre Portugal e a China. Na verdade, uma parte considerável destes jovens que já se encontra no mercado de trabalho exerce vários serviços de intermediação entre os novos imigrantes de negócios (“vistos *gold*”) e a sociedade portuguesa, distanciando-se, claramente, dos negócios por conta própria desenvolvidos pelos seus pais.

Os discursos obtidos desta geração 1,5 chinesa sugerem ainda várias questões que será pertinente desenvolver em investigações futuras. Assim, é necessário continuar a investigar o papel da intermediação entre cidadãos chineses sedentarizados em Portugal e aqueles novos imigrantes de negócios que nos últimos anos começaram a investir neste país, assim como as redes transnacionais que se geram. Ainda neste âmbito, é importante analisar qual é o papel da qualidade de vida e do desejo de educar os filhos num contexto ocidental na imigração dos “vistos *gold*”, uma vez que este tipo de motivação não se enquadra na racionalidade económica e financeira que muitas vezes acompanha a imagem associada a este tipo de imigração. É necessário, portanto, analisar as trajetórias sociais, as motivações de imigração, e a integração social dos chineses que vieram para Portugal ao abrigo dos “vistos *gold*”, assim como os perfis de educação dos seus filhos.

Por último, um trabalho ainda por desenvolver é comparar as trajetórias pessoais, familiares, escolares e profissionais da designada geração 1,5 chinesa e da segunda geração. De facto, o trabalho de campo desenvolvido até aqui no âmbito deste projeto, permitiu constatar que a integração social destes últimos é mais facilitada e menos endogâmica, quando comparada com a dos jovens chineses imigrados em Portugal a partir da escolaridade básica. Esta segunda geração de chineses é, contudo, menos numerosa e mais jovem do que a geração 1,5, e encontra-se, na sua maioria, a frequentar a escola básica ou secundária.

A integração social das segundas gerações de imigrantes em Portugal e na Europa é uma temática central que, nos próximos anos, continuará a exigir mais respostas e mais conhecimento. Portugal, como país relativamente recente de imigração, começa agora a construir uma sociedade civil onde o papel do multiculturalismo e do transnacionalismo ganhará cada vez mais expressão. Este trabalho é apenas uma exploração inicial desse longo percurso que ainda está por desenvolver.

Referências bibliográficas

- Bélanger, E., e M. Verkuyten (2010), “Hyphenated identities and acculturation: second-generation Chinese in the Canada and The Netherlands”, *Identity – An International Journal of Theory and Research*, 10 (3), pp. 141-163.
- Ceccagno, A. (2003), “New Chinese migrants in Italy”, *International Migration*, 41 (3), pp. 187-213.
- Crul, M., e H. Vermeulen (2003), “The second generation in Europe”, *International Migration Review*, 37 (4), pp. 965-986.
- Delgado, A., e P. Paulino (2014), “A população com nacionalidade chinesa a residir em Portugal: uma caracterização com base nos Censos 2011”, *Revista de Estudos Demográficos*, 53, pp. 77-89.
- Eurostat News Release* (2016), “Second generation immigrants in the EU generally well integrated into the labour market”, 213, 18 de outubro de 2016, disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat> (consultado em 21/11/2016).
- Gaspar, S. (2015), “A comunidade chinesa em Portugal: percursos migratórios, contextos familiares e mercado de trabalho”, *CIES e-Working Paper*, N.º 201, Lisboa, CIES-IUL, ISCTE-IUL, disponível em: http://www.cies.iscte.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES_WP201_Gaspar.pdf (última consulta em dezembro de 2016).
- Gaspar, S. (2017), “Chinese migration to Portugal: trends and perspectives”, *Journal of Chinese Overseas*, 13, pp. 48-69.
- Grassi, M. (2008), “Identidades plurais na Europa contemporânea: autopercepções e representações nos jovens de origem africana em Portugal”, em Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s). As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-Verdiana*, Lisboa, ACIDI, pp. 155-172.
- Grassi, M. (2009), *Capital Social e Jovens Originários dos PALOP em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Guerassimoff, C. (2003), “The new Chinese migrants in France”, *International Migration*, 41 (3), pp. 135-154.
- Guerassimoff-Pina, C. (2006) “Gender and migration networks: new approaches to research on Chinese migration to France and Europe”, *Journal of Chinese Overseas*, 2 (1), pp. 134-145.
- Heath, A. F., C. Rethon, e E. Kilpi (2008), “The second generation in Western Europe: education, unemployment, and occupational attainment”, *Annual Review of Sociology*, 34, pp. 211-235.

- Hua, J., e C. L. Costigan (2012), "The familial context of adolescent language brokering within immigrant Chinese families in Canada", *Journal of Youth Adolescence*, 41, pp. 894-906.
- Jia, G. (2004), "The acquisition of English and maintenance of first language by immigrant children and adolescents in North America", em U. P. Gilen e J. Roopnarine (orgs.), *Childhood and Adolescence. Cross-Cultural Perspectives and Applications*, Westport, CT, Praeger, pp. 350-373.
- Kaufman, J. (2004), "The interplay between social and cultural determinants of school effort and success: an investigation of Chinese-immigrant and second-generation Chinese students' perceptions towards school", *Social Science Quarterly*, 85 (5), pp. 1275-1298.
- Laczko, F. (2003), "Understanding migration between China and Europe", *International Migration*, 41 (3), pp. 5-19.
- Li, L. (2012), *Social Integration of International Chinese Second Generation of Immigrants. Research on the Youth from 15 to 24 of Chinese Immigrants in Lisbon*, Lisboa, ISCTE-IUL, tese de mestrado.
- Louie, V. (2006), "Growing up in transnational worlds: identities among second-generation Chinese and Dominicans", *Identities – Global Study in Culture and Power*, 13, pp. 363-394.
- Machado, F. L. (1994), "Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 16, pp. 111-134.
- Machado, F. L., e A. R. Matias (2006), "Jovens descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento: linhas de identificação sociológica", *CIES e-Working Paper*, N.º 13.
- Mapril, J. (2001), "Os chineses no Martim Moniz: oportunidades e redes sociais", *Socinova Working Papers*, N.º 19.
- Maruyama, N. U., I. Weber, e A. L. Stronza (2010), "Negotiating identity: experiences of 'visiting home' among Chinese Americans", *Tourism, Culture & Communication*, 10, pp. 1-14.
- Mateus, S. (2013), *Futuros Convergentes? Processos, Dinâmicas e Perfis de Construção das Orientações Escolares e Profissionais de Jovens Descendentes de Imigrantes em Portugal*, Lisboa, ISCTE-IUL, tese de doutoramento.
- Neves, M. S., e M. B. Rocha-Trindade (2008), "As diásporas e a globalização — a comunidade de negócios chinesa em Portugal e a integração da China na economia global", *Revista Migrações*, 3 — número temático: "Empreendedorismo Imigrante", pp. 165-189.
- Nieto, G. (2003), "The Chinese in Spain", *International Migration*, 41 (3), pp. 215-237.
- Ning, D. (2012), *A Comunidade Chinesa em Portugal. Acerca de Atividades Económicas, Associativismo, Integração e a Segunda Geração*, Braga, Universidade do Minho, dissertação de mestrado em Estudos Interculturais Português/Chinês: Tradução, Formação e Comunicação Empresarial.
- Oliveira, C. R. (2004), "Estratégias empresariais de origem imigrante em Portugal: oportunidades étnicas e estruturais e recursos pessoais", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 45, pp. 71-98.
- Ortiz, A. (2010), *A Identidade na Encruzilhada. Jovens Descendentes de Imigrantes e os Seus Processos Identitários*, Lisboa, ISCTE-IUL, tese de mestrado.

- Padilla, B. (2011), "Recriando identidades juvenis entre jovens de descendência africana na Área Metropolitana de Lisboa", em José Machado Pais, René Bendit e Vítor Sérgio Ferreira (orgs.), *Jovens e Rumos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 159-180.
- Parker, D., e M. Song (2007), "Inclusion, participation and the emergence of British Chinese websites", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 33 (7), pp. 1043-1061.
- Portes, A. (1996), *The New Second Generation*, Nova Iorque, Russell Sage Foundation.
- Portes, A., e R. Rumbaut (2001), *Legacies. The Story of the Immigrant Second Generation*, Berkeley, CA, University of California Press.
- Quintela, P. (2014), *A Imigração de Negócios e o Desenvolvimento Local Num Contexto de Crise*, Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, tese de mestrado em Gestão Territorial e Planeamento Urbano.
- Ramakrishnan, S. K. (2004), "Second-generation immigrants? The '2.5 generation' in the United States", *Social Science Quarterly*, 85 (2), pp. 380-399.
- Relvas, M. T. (2006), *Dinâmicas Envolvidas nos Processos de Integração Escolar dos Alunos Oriundos da Europa de Leste*, Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, dissertação de mestrado.
- Rodrigues, I. (2008), *No Feminino Singular. Identidades de Chinesas Imigrantes em Lisboa*, Lisboa, Edições ISCSP.
- Rodrigues, I. (2012), *Flows of Fortune. The Economy of Chinese Migration to Portugal*, Lisboa, ICS-ULisboa, tese de doutoramento em Antropologia da Religião e do Simbólico.
- Rumbaut, R. G. (1997), "Ties that bind: immigration and immigrant families in the United States", em Alan Booth, Ann C. Crouter e Nancy Landale (orgs.), *Immigration and the Family. Research and Policy on U. S. Immigrants*, Mahwah, NJ, Lawrence Erlbaum Press, pp. 3-46.
- Rumbaut, R. G. (2004), "Ages, life stages, and generational cohorts: decomposing the immigrant first and second generations in the United States", *International Migration Review*, 38 (3), pp. 1160-1205.
- Rumbaut, R. G., e A. Portes (orgs.) (2001), *Ethnicities. Children of Immigrants in America*, Berkeley, CA, University of California Press e Russell Sage Foundation.
- Seabra, T. (2012), "Desigualdades de desempenho escolar: etnicidade, género e condição social em escolas básicas da Área Metropolitana de Lisboa", *Sociologia — Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, número temático: "Imigração, Convivência Cultural", pp. 185-210.
- Thomson, M., e M. Crul (2007), "The second generation in Europe and the United States: how is the transatlantic debate relevant for future research on the European second generation?", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 33 (7), pp. 1025-1041.
- Thunø, M. (2007), "Introduction. Beyond 'Chinatown': contemporary Chinese migration", em Mette Thunø (org.), *Beyond Chinatown. New Chinese Migration and the Global Expansion of China*, Copenhaga, Nias Press, pp. 1-31.
- Tseng, Y.-F. (2000), "The mobility of entrepreneurs and capital: Taiwanese capital-linked migration", *International Migration*, 38 (2), pp. 143-168.
- Wetherell, M., S. Taylor, e S. Yates (2001), *Discourse Theory and Practice. A Reader*, Londres, Sage Publications.

- Wong, L. L. (2003), "Chinese business migration to Australia, Canada and the United States: state policy and the global immigration marketplace", *Asian and Pacific Migration Journal*, 12 (3), pp. 301-336.
- Xie, Y., e K. Goyette (2003), "Social mobility and the educational choices of Asian Americans", *Social Science Research*, 32, pp. 467-498.
- Yiu, J. (2013), "Calibrated ambitions: low educational ambition as a form of strategic adaptation among Chinese youth in Spain", *International Migration Review*, 47 (3), pp. 573-611.

Sofia Gaspar. Investigadora de pós-doutoramento. CIES-IUL, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal, Av. das Forças Armadas, edifício ISCTE, 1649-026 Lisboa. *E-mail*: sofia.gaspar@iscte.pt

Receção: 19 de dezembro de 2016 Aprovação: 24 de março de 2017

